

Resenha do livro:

JACOMELI, Mara Regina M. **PCNs e Temas Transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

Resenha por Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto¹

O livro de Mara Regina Martins Jacomeli, publicado pela editora Alínea, na coleção Educação e Debate, sob o título: PCNs e Temas Transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras, traz em suas 212 páginas, uma das mais profundas e interessantes análises já produzidas sobre as propostas educacionais vigentes no país.

O livro está organizado de forma a levar o leitor a compreender as relações existentes entre os Parâmetros Curriculares Nacionais, introduzidos na educação brasileira a partir do consenso produzido por organismos internacionais, como UNESCO, UNICEF e PNUD, sob a orientação do Banco Mundial, com as propostas herdadas do movimento escolanovista, e os Estudos Sociais implementados pela lei 5.692, imposta pelo regime militar em 1971.

O texto foi disposto em quatro capítulos. No primeiro capítulo, Jacomeli analisa o processo de globalização do capital e as influências que as Políticas Educacionais Brasileiras tem sofrido pela implantação desse modelo. Nele, ela discute não apenas a globalização econômica, mas os mecanismos que implicam diretamente no modelo educacional e na formação do currículo implementado no Brasil, à medida que os organismos de financiamentos internacionais determinam os rumos do sistema educativo de qualquer país.

De acordo com Jacomeli, com a globalização do capitalismo nos moldes atuais, novos papéis foram atribuídos ao Estado e à sociedade civil. Para esse modelo, insiste-se na criação de um Estado mínimo para as questões sociais, com o Estado voltado apenas para o cumprimento das funções consideradas essenciais, transformando-se, por sua vez, no Estado máximo para o capital, à medida que privilegia este setor, protegendo-o contra qualquer ação organizada da classe trabalhadora, tanto através da desregulação do mundo do trabalho quanto pelas dificuldades criadas para atuação dos organismos de defesa da classe trabalhadora, no combate à expropriação promovida pelo capital.

Nesse sentido, de acordo com a autora, em países periféricos, como é o caso do Brasil, é comum a ingerência política dos órgãos financeiros internacionais, apontando e determinando medidas econômicas e sociais que diminuem cada vez mais a atuação do Estado em todos os setores da sociedade.

Essa influência vista nos planos econômico, político e social, reflete-se também na educação, pois com o processo de globalização as diretrizes das políticas educacionais passam a ser influenciadas pelos setores internacionais através de órgãos ligados aos interesses do capital, como a Unesco.

A partir dessas considerações, Jacomeli entende ser fundamental, para entender nossas relações, bem como a educação atual, compreender o conhecimento produzido pela ciência deste período que passou a ser denominado de Pós-modernidade e, considerado por educadores como Edgar Morin, como uma sociedade complexa, dada a revolução implementada, sobretudo pelo mundo da informática.

¹ Professor da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

No segundo capítulo Jacomeli discute o porquê da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) bem como os Temas Transversais, como proposta oficial do governo brasileiro. Proposta esta, que segundo a autora surgiu a partir das sugestões dos organismos internacionais como UNESCO, UNICEF e PNUD, após a realização em Jomtiem Tailândia, sob orientação do Banco Mundial da “Conferência Mundial de Educação Para Todos” (JACOMELI, p. 67).

A autora afirma ainda que os temas transversais fazem parte de uma proposta que surge do consenso formado a partir da

“declaração de Nova Delhi”, em que países em desenvolvimento e de maior contingente populacional do mundo assumiram o compromisso consensual de lutar por universalizar a oferta de educação fundamental e por ampliar as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos” (JACOMELI, p. 67).

Para atender às “sugestões” dos organismos internacionais e para cumprir exigências da Constituição Federal de 1988, foi aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, trazendo no seu bojo, a proposta de um currículo para a educação escolar, que tem por base os “temas transversais”, voltados para a difusão dos valores da sociedade capitalista, baseada no consumo. Assim a proposta educacional dos PCNs está voltada para a formação de um modelo de cidadão para o consumo e o emprego e para tal, tanto professores quanto alunos devem ser preparados para compreender a nova realidade expressa pelo documento que pressupõe desenvolvimento de novas capacidades, disponibilidade e motivação para a aprendizagem, considerando que

Os fracassos e os êxitos que o aluno traz são fatores que interferem e determinam o seu grau de motivação para a aprendizagem. Mas isso não é tudo. Para que realmente possa ocorrer interesse e entendimento do conteúdo pelo educando, faz-se necessário que os conteúdos de aprendizagem tenham funcionalidade. E cabe ao professor essa tarefa: estimular e apresentar conteúdo de tarefas educativas, fazendo com que o aluno entenda o porque está aprendendo determinado assunto ou conteúdo. Dessa forma, nada melhor que temas sociais candentes, como os dos temas transversais, para trazerem ao ambiente escolar a atualidade e a importância de se aprenderem determinados conhecimentos. (JACOMELI, p. 92).

A proposta de trabalhar com os temas sociais candentes culmina no imediatismo do cotidiano e para concluir o ensino fundamental, nos dois últimos anos desse ciclo, de acordo com a autora, o texto proposto pelos temas transversais

Sugere que os conhecimentos a ser apreendidos estejam articulados em torno de um tema. Por exemplo: para o entendimento sobre o corpo humano, conteúdo da área de ciências naturais; sobre Meio Ambiente, para entender que saúde depende de qualidade do meio

em que vivem; sobre língua portuguesa, para saber ler jornal e folhetos, já que informações referentes a saúde são veiculadas o tempo todo; sobre matemática para poder compreender tabelas e dados estatísticos com informações relativas a saúde pública etc. (JACOMELI, p. 122).

Continuando sua análise nessa linha, Jacomeli, aponta ainda, as relações dos PCNs com as propostas introduzidas pelas teorias do “aprender a aprender”, em que cabe ao educando a responsabilidade pelo seu próprio aprendizado. Nesse caso, se o aluno é o sujeito do seu conhecimento, ele aprenderá sozinho, pois ao professor não cabe ensinar, mas, “organizar os conteúdos das várias áreas em torno das temáticas escolhidas, atentando para não isolá-las e para enfatizar o exercício da cidadania” (JACOMELI, p. 122).

Com isso, Jacomeli conclui que a concepção de conhecimento dos PCNs, com a introdução dos temas transversais, está intimamente ligado ao paradigma da complexidade, paradigma ainda não totalmente explicado por seus proponentes, dado que sequer eles compreendem o significado dessa complexidade.

No terceiro capítulo, Jacomeli reflete sobre as aproximações dos Estudos Sociais, implementados pela reforma educacional empreendida pela lei 5.692/71, com os Temas Transversais, propostos pelos PCNs. Na época, a disciplina Educação Moral e Cívica, compunha a base da formação moral do cidadão voltado para a formação do trabalhador que deveria se submeter ao trabalho robotizado na indústria, dado que o Brasil passava por mais uma etapa de sua industrialização. Predominava a ideologia pragmática, própria do nosso tecnicismo, como forma de diminuir a pressão que as camadas intermediárias faziam na luta pela universidade pública e, com o intuito de formar mão de obra para a indústria, a lei 5.692/71, foi promulgada com o objetivo de regulamentar o ensino profissionalizante, além de ampliar quantitativamente a permanência nas escolas, ao ampliar para oito anos a obrigatoriedade do ensino.

No quarto capítulo, Jacomeli retoma as articulações da doutrina liberal-escolanovista da década de 1930, comparando-as com as propostas dos PCNs, implementadas no seio do neo-liberalismo. Nesse sentido, ela busca demonstrar que o liberalismo constitui as bases que fundamentam teoricamente os princípios e fundamentos dessa tendência.

A autora demonstra ainda que a escola nova ajudou no desmonte da escola pública ao passar a enfatizar o método ao invés dos conteúdos historicamente acumulados pela humanidade, descentrando o conhecimento do professor, transferindo-o para o aluno, em que o importante é o “aprender a aprender”. “Assim questões vivenciadas e defendidas no passado estão presentes nos debates atuais em torno da visão de qual conhecimento ensinar nas escolas” (199).

Nesse sentido, a leitura da obra de Jacomeli, torna-se imprescindível para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, desejam compreender tanto as propostas educacionais vivenciadas a partir do final do século XX, quanto as origens e influências que possibilitaram a implantação dos projetos educativos derivados dessas propostas.